

¹Qualidade Editorial e as Fontes Jornalísticas - Análise do jornal semanário Linha Popular de Camboriú

Schaline Maísa Rudnitzki²

Laura Seligman³

Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC

RESUMO

Esta pesquisa analisou a qualidade editorial do jornal Linha Popular, de Camboriú-SC, por meio das fontes jornalísticas ouvidas nas reportagens publicadas no período de Janeiro a Dezembro de 2014. A metodologia usada incluiu as técnicas da Análise de Conteúdo. As fontes foram classificadas conforme definição proposta por Lage (2006), e foi avaliada a relevância de cada uma para aferir a qualidade editorial do veículo. Após as análises os resultados apontaram que as fontes oficiais foram as mais consultadas pela reportagem do semanário, seguidas com uma larga diferença pelas fontes primárias. A ausência da voz da comunidade foi o que mais chamou a atenção durante o período de análise, mesmo com matérias de cunho e interesse popular, poucas vezes moradores aparecem como protagonistas das histórias veiculadas e em raras vezes foram consultadas.

PALAVRAS-CHAVES: Jornalismo; Fontes; Qualidade editorial.

INTRODUÇÃO

Camboriú é um município do interior localizado ao lado da cidade mais turística do estado de Santa Catarina, Balneário Camboriú. No lugar considerado a capital da pedra e das missões religiosas, o jornalismo vai a passos lentos construindo história e ganhando a credibilidade da população. O município conta com uma rádio temática, a Paz no Vale, voltada para a comunidade evangélica e com quatro jornais impressos: Expresso, semanário que circula às sextas-feiras; O Povo e o Evangelizador, ambos de circulação esporádica; e o jornal Linha Popular, que circulava também na sexta-feira, porém atualmente chega aos pontos de distribuição aos sábados.

Desses meios de comunicação, o Jornal Linha Popular se destaca por ser o veículo com maior número de jornalistas na equipe e ser o único com produção de notícias online e impressas. Os demais veículos abusam do recurso de mera reprodução de *press releases* e

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo Univali, email: schali.maisa@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da Univali, email: seligman@univali.br

invariavelmente republicam notícias já veiculadas por órgãos oficiais, como Prefeitura e Câmara de Vereadores.

O semanário Linha Popular traz o lema “Aqui, Camboriú é notícia” e sua maior editoria no período analisado é “Cidade”, na qual se propõe dar ênfase à voz da comunidade como protagonista dos fatos veiculados. Cada edição do primeiro semestre de 2014 ainda trazia a seção “Perfil”, que contava a história de um (a) morador (a) que se destaca na sua comunidade. São professores, líderes comunitários e moradores antigos que entrelaçam sua vida a história do município.

Ainda assim, poucas eram as manchetes que escancaram na capa do jornal essa ideia de popular, as notícias que ganham visibilidade têm um ponto em comum: falam de Camboriú. Mas, nem sempre falam do povo de Camboriú.

A discussão sobre a escolha das fontes é recorrente no jornalismo. É preciso ao jornalista cuidado no recebimento de informações e considerar que muitas dessas fontes podem guardar interesses próprios ao fornecer informações – especialmente quando representadas por assessoria que visam o interesse da instituição para a qual trabalham. A exemplo do que Lage (2006, p. 63) referencia: “Fontes oficiais, como comprovam autores de todas as épocas, falseiam a realidade. Fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder”.

Mesmo ao buscar a pluralidade de vozes, os personagens ouvidos podem visar interesses particulares ao fornecer informações, dar entrevistas. Assim, um morador que reclama do problema da pavimentação na sua rua poderá tentar convencer o jornalista que o seu problema é maior do que o da rua ao lado – mesmo que ambas estejam na mesma situação. Ao definir quais fontes serão ouvidas, o repórter também define o rumo da matéria e um ponto de vista que será defendido. A imparcialidade será avaliada pela presença equânime de vozes que se contrapõem, pelos contrapontos expostos.

Quando se intitula popular, o semanário propõe dar voz e espaço aos interesses da comunidade, ouvindo ainda as fontes oficiais. Secretários, prefeita, representantes do Legislativo ou iniciativa privada. Coube na análise das edições selecionadas verificar se o jornal Linha Popular conseguiu atender aos conceitos de qualidade editorial através da escolha de suas fontes.

Assim como os livros e hoje também a internet servem para pesquisas, os jornais fornecem periodicamente uma amostra da realidade da comunidade em que estão inseridos.

Quem mora naquela cidade, quais os problemas vivenciados e refletem através das notícias publicadas o cenário político e econômico, é então uma pequena amostra de períodos determinados.

Pesquisar quem são as fontes ouvidas e com que frequência aparecem na mídia selecionada é também um meio de compreender e avaliar a qualidade de um veículo de comunicação, neste caso o semanário Linha Popular. Herscovitz (2007) lembra que de acordo com Shoemaker & Reese (1996) “a análise de conteúdo da mídia, por fim, ajuda-nos a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens”.

A análise de conteúdo serve também para observarmos quem está presente e que situações mais ganham espaço dentro do veículo. Neveu (2006) ainda vai mais longe e afirma que “o público aparece como o autor ausente das interações do jornalismo”. Comparar os dados dessas publicações pode nos oferecer uma amostra de qual o espaço dado a cada tipo de fonte, quais são os personagens mais ouvidos e quem realmente tem espaço na mídia local em Camboriú.

O objetivo geral desse artigo é analisar a qualidade editorial do jornal Linha Popular pelos tipos de fontes jornalísticas ouvidas. Como objetivos específicos temos: classificar todas as fontes ouvidas de acordo com as técnicas de jornalismo; analisar a relevância das fontes apresentadas e determinar a qualidade editorial do semanário com base na análise de suas fontes.

A definição das fontes que serão ouvidas, bem como os fatos que se tornarão pautas por vezes ocupa menos o tempo das redações do que pensar em sua implicância. Quando se determina um assunto como pauta para apuração, questiona-se quem poderá lhe responder aquelas perguntas básicas do *lead* jornalístico. Quem? Quando? Onde? O quê? Como? E na maioria das vezes, as fontes oficiais são as mais procuradas. No dito jornalismo popular, espera-se que outras fontes e mais diversas tenham voz. Assim, esse trabalho se dispõe a questionar: Que tipos de fontes jornalísticas são mais frequentes no conteúdo do jornal semanal Linha Popular?

REFERENCIAL TEÓRICO

Uma pauta pode surgir de várias formas em uma redação, como pela sugestão de assessorias ou da comunidade, pela observação dos jornalistas e também pelos

agendamentos prévios – como eventos ou datas comemorativas. Para transformar estas pautas em reportagens o repórter buscará pessoas que possam através de seus relatos ajudarem na construção desses fatos, buscará por pessoas que entendam sobre o assunto ou que estiveram presentes em determinados acontecimentos. Alguns autores definem as fontes em categorias como Lage (2006, p. 62-68), que as divide em sete formas: oficiais, oficiosas, independentes, primárias, secundárias, testemunhais e experts. Schmitz (2015, p. 7) sugere uma nova forma de categorizar as fontes, contemplando as diferentes definições abordadas pelos autores e as definindo de acordo com o que são relativas, como categoria primária ou secundária, grupo (oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada, referência), ação (proativa, ativa, passiva, reativa), crédito (identificada ou sigilosa), e qualificação (confiável, fidedigna ou duvidosa). Schmitz ainda faz um resumo das definições propostas por Lage:

Descreve a natureza das fontes como sendo mais ou menos confiáveis, pessoais, institucionais ou documentais. Classifica como “oficiais”, instituições que preservam algum poder de Estado; “oficiosas”, as que não estão autorizadas a falar em nome de uma organização ou personalidade e “independentes”, as organizações não governamentais. Ele aponta as fontes “primárias” e “secundárias” na perspectiva da sua relação direta e indireta com os fatos, respectivamente. Ainda indica as “testemunhas”, que presenciam os fatos e os “experts”, especialistas em determinados assuntos e que interpretam os eventos (SCHMITZ, 2015, p.4).

As fontes oficiais são normalmente as mais ouvidas, pois representam órgãos e instituições de iniciativa pública ou privada. Em matérias de denúncia, são ouvidas como contra argumentação, para justificativa de suas ações. Pautam a mídia também informando eventos de inauguração, lançamentos de planos de governo ou abertura de editais e acompanhamento de licitações. Para Lage é preciso cuidado especial com as informações provenientes dessas fontes, uma vez que elas “(...) falseiam a realidade. Fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder.” (2006, p. 63)

Outro tipo de fonte que Lage sugere atenção especial são as fontes testemunhais. Por a memória ser seletiva, considera-se que o testemunho mais imediato ao ocorrido é o mais confiável. Essas fontes são muito consultadas em relatos de catástrofes naturais, acidentes e crimes. O uso constante de fontes oficiais nas mídias dá margem à outra problemática: diminui o espaço de questionamento de muitos repórteres que se utilizam dos textos enviados prontos pelas assessorias, cada vez mais comuns em empresas públicas e privadas,

sem sequer dar-se o trabalho de questionar as informações recebidas. O famoso “*ctrl + c*” e “*ctrl + v*”, apenas um copiar e colar de matérias sem a checagem das fontes e das intenções que permeiam a vontade de publicação dessas notícias.

Chaparro (2009, s.p.) cita ainda que o “Jornalismo empenhado em tornar compreensíveis os fatos não pode ficar atrelado apenas ao que dizem e fazem as fontes organizadas”. Para o autor e professor é preciso ampliar a pesquisa consultando também fontes as quais ele denomina “informais, aliadas, de referência, de aferição, documentais e bibliográficas”. Mesmo o importante, sendo perguntar, é fato que saber o quê e como perguntar faz toda a diferença no exercício do jornalismo.

Estar atento à intenção da fonte ao repassar sua opinião, sua sugestão ou mesmo informações é de suma importância para a qualidade do jornalismo produzido. Analisar quem são essas fontes e quais espaços cada tipo de fonte tem tido na mídia local é uma oportunidade de avaliar quais conceitos tem sido utilizados na prática jornalística do jornal Linha Popular, bem como perceber quais os critérios de notícias utilizados pelo veículo. Herscovitz afirma que:

Amplamente empregada nos vários ramos das ciências sociais empíricas, a análise de conteúdo revela-se como um método de grande utilidade na pesquisa jornalística. Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. (HERSCOVITZ, 2007, p. 123)

O jornal analisado, o Linha Popular de Camboriú – SC, foi fundado em 2010 por três jornalistas. Originalmente, o nome era Primeira Linha, mas um jornal homônimo impediu que a circulação se mantivesse. O título foi mudado já na segunda edição. Em 2014, o jornal mudou de proprietário – adquirido por outro jornalista, ele mantém o layout, mas passa a ser gratuito. O nome Linha Popular não é só uma referência mercadológica. As características aqui analisadas o aproximam do que se considera um jornal popular de qualidade. Segundo Seligman (2009), o jornalismo popular brasileiro contemporâneo aproveita-se de características gráficas e linguísticas que chamam a atenção do leitor para oferecer um conteúdo diferenciado – serviços e noticiário local, no que a Associação Nacional de Jornais – ANJ chamou de Jornalismo Popular de Qualidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a pesquisa e produção do artigo científico foram definidas como método as técnicas da Análise de Conteúdo e escolhido para análise o jornal semanário Linha Popular da cidade de Camboriú (SC). Dentre os métodos possíveis, optou-se pela Análise de Conteúdo, uma vez que através dele é possível comparar os conteúdos analisados e a partir deles, chegar aos dados para o resultado da análise. Herscovitz (2007, p.123) afirma que a Análise de Conteúdo é um método que permite compreender mesmo um determinado período ou época não vivenciado a partir dos dados refletidos na pesquisa. “Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas.”

Na escolha das amostras, considerou-se a seleção de uma edição por mês do semanário Linha Popular publicada entre janeiro e dezembro de 2014 a fim de obtermos uma amostra bastante variada – foi utilizada a técnica de amostra por mês composto. Sendo elas: a primeira edição do ano que circulou em 10 de Janeiro de 2014 (edição 250); a segunda edição do mês de fevereiro que circulou no dia 14 (edição 255); a terceira edição do mês de março publicada em 21 de março (edição 260); a quarta edição do mês de abril veiculada em 25 de abril (edição 265); a quinta edição do mês de maio que circulou em 30 de maio (edição 270); a primeira edição do mês de junho publicada no dia 06 (edição 271); a segunda edição do mês de julho publicada em 11 de julho (edição 276); a terceira edição do mês de agosto publicada no dia 16 (edição 281); quarta edição do mês de setembro que circulou em 27 de setembro (edição 287), primeira edição do mês de outubro que circulou no dia 03 (edição 288), segunda edição do mês de novembro que foi publicada no dia 07 de novembro (edição 294) e a terceira edição do mês de dezembro publicada no dia 20 (edição 299).

Foram tabeladas em planilhas de Excel todas as fontes citadas nas reportagens de cada edição selecionada e posteriormente feita a classificação delas quanto à categoria (primárias ou secundárias) e quanto à natureza se são oficiais, oficiosas, independentes, *experts* ou testemunhal, conforme classificação proposta pelo autor Nilson Lage, além de termos usado a classificação de documental para aquelas reportagens que traziam como fonte informações relativas a dados e estatísticas de pesquisas e/ou estudos publicados. Os dados foram cruzados para cálculo das porcentagens de cada classificação e resultados da pesquisa.

DADOS COLETADOS E ANÁLISE

A primeira edição analisada, publicada em 10 de janeiro de 2014 (edição 250), trazia 65 fontes ouvidas em 39 textos – considerando reportagens e notas e continha 24 páginas. Das fontes, 38,46% eram oficiais (prefeita, vice-prefeito, vereadores), 32,30% eram primárias (com relação direta aos fatos, como o morador Jaime Angel na reportagem “Representantes de bairros querem reunião”), 4,61% eram secundárias (indiretamente relacionadas ao fato), 16,92% eram fontes documentais. Houve ainda uma fonte oficiosa na matéria “A falta de água em Camboriú é um problema que tem solução?”, duas fontes *experts* na reportagem “Caso das vacinas será concluído após pareceres dos especialistas” na qual foram ouvidos um 1 bioquímico e uma pediatra.

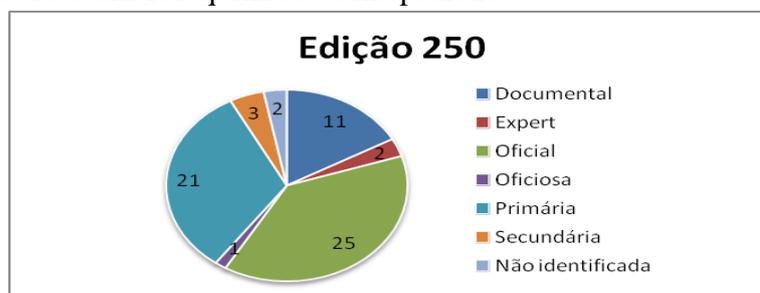


Gráfico 01 – Classificação das fontes da edição 250

A segunda edição, de 14 de fevereiro de 2014, continha 35 matérias e 53 fontes foram citadas, sete na editoria de Política, 25 em Cidade, cinco em Segurança, quatro em Saúde, duas em Perfil, três em Variedades e sete em Esporte. Destas 47,16% eram fontes oficiais, 35,84% primárias, 3,77% documentais, oficiosas, secundárias, além de uma fonte *expert* e uma não identificada.

Das fontes oficiais, o presidente da Câmara de Vereadores, Márcio Aquiles da Silva (PSC) foi ouvido em duas matérias (“Gabinetes dos vereadores passam a ter dois assessores” e “Novo Site da Câmara de Vereadores está no ar”), a prefeita Luzia Coppi Mathias aparece em três reportagens – duas de Política (“Governador libera verba para pavimentação” e a entrevista de duas páginas intitulada “Como andam as promessas de campanha da prefeita Luzia Coppi Mathias”) e uma de Cidade (“Salários oferecidos pela Prefeitura geram nota de repúdio de entidades”).

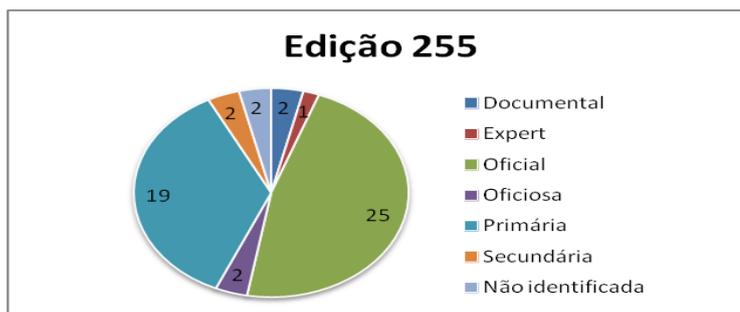


Gráfico 02 – Classificação das fontes da edição 255

Na edição 260 de 21 de março de 2015, o Linha Popular ouviu 57 fontes em 13 reportagens de Política, 23 de Cidade, seis de Segurança, cinco de Saúde, duas em Perfil e Variedades, e seis em Esporte. Nestas o vereador Carlos Alexandre Martins (SD) aparece em três matérias “Wander assume como vereador por 30 dias”, “Xande afirma que declaração sobre salário de vereador foi equivocada” e “Vereador Carlos Alexandre Martins quer criar Comissão de Legislação Participativa” nas páginas 04, 05 e 06. Já a prefeita Luzia Coppi Mathias aparece em cinco matérias: “Após denúncia de racismo, palestra discute educação e igualdade” (página 11), “Mutirão de limpeza continua atuando no bairro Santa Regina” (página 13), “Camboriú lança cartilha de conscientização sobre a adoção legal” (página 14) e “Feira da Indústria Caseira Rural de Camboriú completa 20 anos” (página 24).



Gráfico 03 – Classificação das fontes da edição 260

Em abril, a edição 265 apresentou o maior número de fontes ouvidas de todas as edições analisadas. Foram 78 fontes em 38 matérias, 20 na editoria de Política, 21 em Cidade, 13 em Segurança, três em Saúde e Perfil, uma em Variedades e 10 em Esportes. A quantidade de fontes citadas em Segurança é a maior de todas as analisadas. Em linhas gerais, a publicação apresentou normalmente nas páginas de seguranças, notas e pequenas matérias baseadas nos *releases* enviados diariamente pelo 12º Batalhão de Polícia Militar e pela Divisão de Investigação Criminal (DIC) de Balneário Camboriú. A reportagem “Preso pedófilo suspeito de abusar de 12 vítimas em Camboriú” ouviu Manoel Mafra, coordenador do Núcleo de Combate à Pedofilia e Drogas, e também o delegado Osnei Oliveira da DIC,

enquanto a reportagem “Veredores e polícia se reúnem para discutir segurança pública” trouxe a fala de cinco vereadores e dois representantes da 1ª Companhia de Polícia Militar de Camboriú – o Capitão Pablo Neri Pereira e o Tenente Tiago Ghilardi.

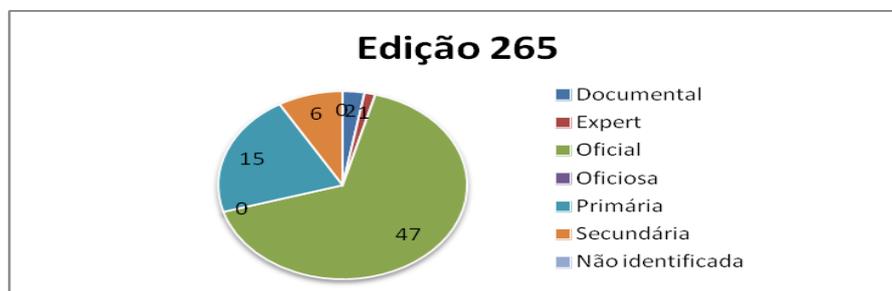


Gráfico 04 – Classificação das fontes da edição 265

Na última edição do mês de maio de 2014 foram publicadas 42 matérias e apresentadas 68 fontes, das quais 38 foram classificadas como oficiais, 18 como primárias, quatro documentais e secundárias, duas oficiosas e uma não identificada. A maior parte delas está nas reportagens da editoria Cidade (36,76%), seguido por Política (25%) e Esportes (11,76%). Mais uma vez o vereador Carlos Alexandre Martins (SD) é citado em duas reportagens (“Câmara ainda não recebeu leis complementares do Plano Diretor” e “Vereador cobrou mais controle dos alugueis”), bem como o vereador José Pedro da Costa (PSDB) aparece em matérias das páginas 05 e 06, ambas de Política. Os vereadores, por sinal, pautam boa parte da editoria. Somente nesta edição são fontes de sete matérias das editorias de Política e Cidade, aparecendo ora como fonte oficial, ora como primária e até secundária.

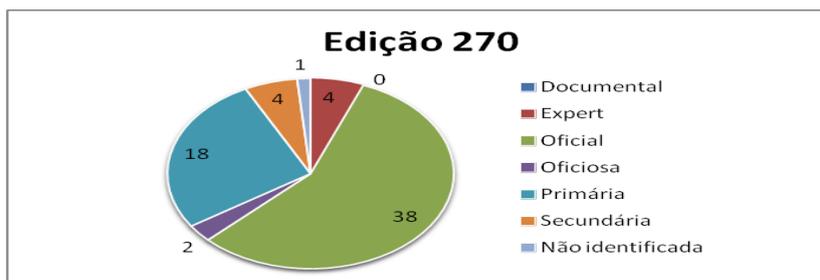


Gráfico 05 – Classificação das fontes da edição 270

Nova gestão no jornal

A edição 271 é a última edição analisada do primeiro semestre de 2014 e também a última analisada considerando uma mudança de gestão que o jornal sofre a partir de julho de 2014 quando o jornalista Calebe Moreno assume o veículo no lugar dos jornalistas Naiza Comel, Fernando Assanti e Gustavo Zonta. Nesta edição foram publicadas 41 matérias e apresentadas 55 fontes. Mais uma vez, o maior número de fontes classificadas é de fontes oficiais com 61,81% de voz. A coordenadora da Fundação Camboriuense de Gestão e

Desenvolvimento Sustentável (Fucam), Carla Krug, aparece em “Semana do Meio Ambiente trabalha os cuidados com os animais”, “Despejo do lixo” e “Responsáveis por cartazes em áreas públicas podem ser multados”, sendo que nas duas últimas é a única fonte ouvida. Os vereadores Carlos Alexandre Martins e Márcio Aquiles da Silva ocupam a maior parte das páginas 05 e 06 de Política. O vereador Carlos Alexandre pauta “Xande critica Prefeitura por não enviar Plano Diretor” e também é ouvido em “Escolaridade dos assessores: projeto vai à segunda votação na terça-feira”. Márcio aparece nas duas matérias citadas e também na nota “Fiscalização de carros de som”.

O secretário Janir Francisco de Miranda (SESB) aparece nas matérias de Cidade “Parque Linear: obra está novamente parada” e “Pontos mais altos da cidade recebem pavimentação em concreto”, no qual também é ouvido o Secretário de Planejamento, Rodrigo Morimoto que já havia sido ouvido na matéria sobre o Plano Diretor da página 05.

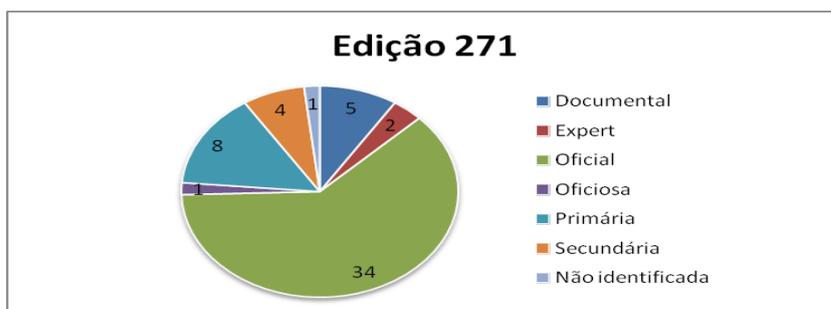


Gráfico 06 – Classificação das fontes da edição 271

A editoria 276 de 11 de julho de 2014 apresenta mudanças na estrutura do semanário. O Jornal Linha Popular passa a ser de distribuição gratuita e deixa de conter as editorias de Saúde e Perfil. Mantém o mesmo número de matérias da edição 271, mas apresenta uma leve redução no número de fontes ouvidas de 55 para 49 fontes e no número de páginas de 24 para 20. Diferente das edições anteriores, o número de fontes primárias (20) quase se equipara ao número de fontes oficiais (22). A novidade é a editoria Capa com uma reportagem especial sobre a crise na gestão da Fundação Hospitalar de Camboriú nas páginas 08 e 09.

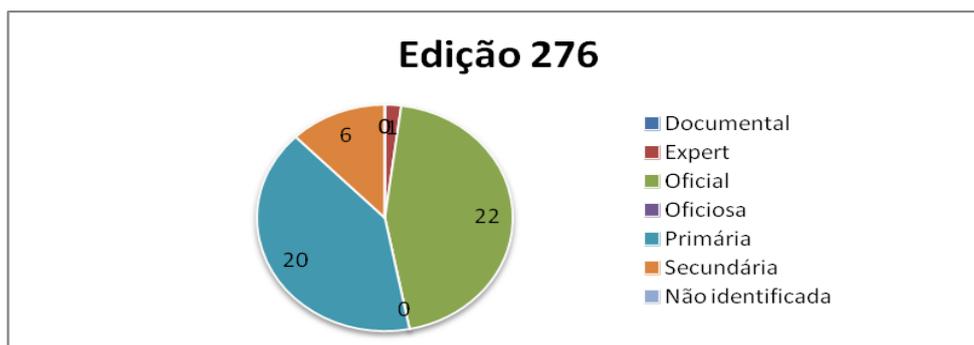


Gráfico 07 – Classificação das fontes da edição 276

A edição 281 de 16 de agosto traz um número bastante reduzido de matérias. Das 41 analisadas na edição 276 para 28 nesta, conseqüentemente o número de fontes também diminuiu: apenas 36 fontes aparecem nesta edição. Doze delas oficiais, 14 primárias. A editoria Capa já não consta mais entre as editorias, que das sete analisadas na primeira edição, restam cinco. A editoria de Segurança segue pautada pelos boletins enviados pela Polícia Militar à imprensa e a editoria de Variedades ganhou um especial o “Papo de Criança” que através de dicas de especialistas aborda temas como desfralde e a importância e os impactos da ultrassonografia.



Gráfico 08 – Classificação das fontes da edição 281

A nona edição analisada traz 29 matérias, mas apresenta um número maior de fontes do que as últimas: 54. Destas, 32 são oficiais e 17 primárias, na editoria de Cidade foram ouvidas 26 fontes e 13 em Política.

A reportagem “Lei que obrigaria município a fornecer uniforme escolar é reprovada na Câmara” e a sub-retrancas “Para Ângelo, uniformes devem ser prioridades” e “Constitucionalidade da lei e séries superiores” ocupam toda página 05 e estão na editoria de Política. Chama atenção o fato de terem sido ouvidas seis fontes e todas elas serem vereadores. A reportagem não ouviu a comunidade, não questionou o que mães e alunos achavam e nem mesmo a Secretária de Educação ou o Secretário de Administração para que justificassem se o valor da compra dos uniformes de fato impactaria nos gastos da administração.

Outra reportagem da edição traz a mesma problemática: “Secretária de Educação concorda que prioridades são vagas em creches” e “Nova lista da única já está disponível na internet” não ouviu ninguém da população. Questões como as mães que esperam há meses por uma vaga e se acreditam que a Fila Única funcionaria ou não, não foram levantadas nas matérias.

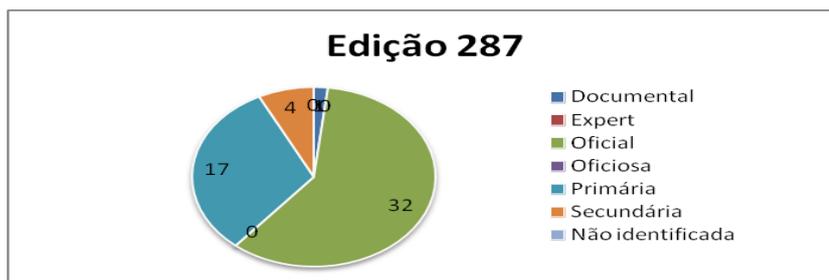


Gráfico 09 – Classificação das fontes da edição 287

A edição 288 é a primeira do mês de Outubro e traz um especial das Eleições 2014 de quatro páginas. Só que nenhum dos textos do especial cita fontes ouvidas e nem de onde teriam sido retiradas as informações e dicas que constam nos textos. As matérias “Fortes chuvas assustam e alagam pontos da cidade” e “Chuva também atrapalhou obra” também não apresentam nenhum personagem da comunidade, apenas fontes oficiais justificando o que foi feito para amenizar os prejuízos. O Secretário de Obras, Jackson Genésio da Rosa, ainda é a fonte principal das duas matérias. Ao todo foram apresentadas 20 fontes na editoria de Cidade, três em Esportes e Variedades e duas em Política e Segurança.

Na editoria de Esportes também se observa o uso recorrente das mesmas fontes: Altair Kadiz, proprietário e treinador de uma escolinha de futebol e Rony Aguilar técnico do Camboriú Futebol Clube.

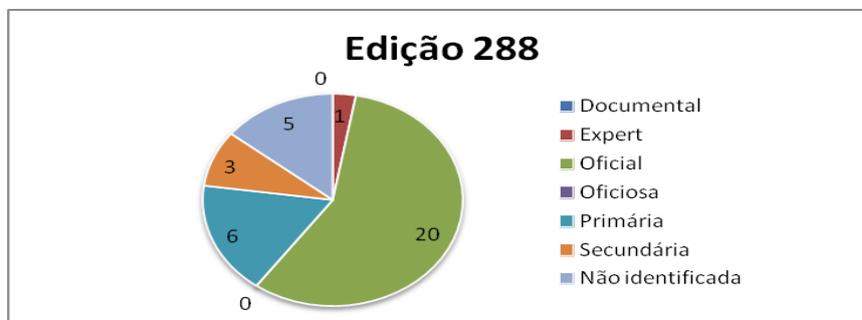


Gráfico 10 – Classificação das fontes da edição 288

Na edição 294 de 15 de novembro, o jornal trouxe 21 matérias e ouviu ao todo 36 fontes – 21 delas oficiais. As matérias desse período foram divididas em novas editorias, como “Cultura” e o retorno da editoria “Capa”. Assim, como nas demais edições algumas fontes aparecem em mais de uma matéria, por vezes na mesma editoria, em outras em espaços diferentes.

O presidente da Fundação Municipal de Esportes, Altamir Montibeller, é citado duas vezes na mesma página em matérias diferentes. “Começam hoje os Jogos Abertos de Santa Catarina em Itajaí” e na retranca “Categorias de base podem render medalhas no

futuro”. Em ambas, nenhum atleta que competiria foi ouvido, bem como os treinadores e técnicos.

A vereadora Jane Steffenn (PSDB) aparece em “Secretárias de Saúde e Educação terão que ir à Câmara de Vereadores” e na sub-retranca “Vereadora tem vários questionamentos para a Saúde” na página 04 da editoria de Política e em “Vereadores foram ao MP pedir impugnação de audiência pública”. Na primeira reportagem que trata sobre o atendimento a pessoas com deficiência, foram ouvidas as secretárias envolvidas, a vereadora e também a presidente da APAE. Mas, nenhum aluno ou paciente que tivesse vivenciado alguma situação relacionada à falta do atendimento foi trazido como exemplo.

A prefeita Luzia Coppi Mathias é outra fonte recorrente nas reportagens, aparece em três momentos. Nas matérias “Prefeitura estuda abrir concessão de gestão de água e esgoto” e “Emasa cobra na justiça dívida da prefeitura de Camboriú” da editoria “Capa” na página 06, e em “Vereadores foram ao MP pedir impugnação de audiência pública” na página 07 parte da editoria “Cidade”. Em ambas as reportagens que traziam a problemática da água em Camboriú, abordadas numa edição do mês de novembro em pleno verão, nenhum cidadão foi ouvido. A discussão sobre a privatização da água ficou atrelada apenas a opiniões de representantes oficiais do assunto, como os vereadores e o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica de Camboriú que se opunham e a defesa da prefeita.



Gráfico 11 – Classificação das fontes da edição 294

A última edição do ano publicada em 20 de dezembro de 2014 é também a com menos conteúdo e, conseqüentemente, fontes ouvidas. São 24 páginas, das quais apenas sete trazem conteúdo jornalístico – o restante foi preenchido com anúncios. Política ocupa uma única página, Cidade foi dividida e agora aparece também a editoria Geral com duas páginas e Cidade com uma, Segurança passa a ser chamada de Polícia e é composta de uma única página também. Esportes além de ter uma única página traz uma única matéria com apenas uma fonte apresentada, o superintendente da Fundação Municipal de Esportes, Altamir Montibeller.

Entre a página 10 (Cidade) e a próxima editoria (Polícia) são 11 páginas que trazem muita publicidade, classificados e algumas colunas. Ao todo, 20 pessoas são citadas nas 13 matérias publicadas, delas 65% são fontes oficiais. Mais uma vez, matérias de cunho e interesse popular como vagas em creche e o baixo salário pago aos agentes comunitários não trazem a voz de ninguém da comunidade. Os funcionários não foram ouvidos, e nem as mães dos bairros onde seriam construídas as quatro novas creches. Moradores aparecem em dois momentos: na reportagem “Praça da Matriz não tem acesso a cadeirantes” que apresenta a opinião de três deficientes físicos e em “Moradores do bairro Santa Regina promovem Natal Solidário” dois moradores, um que é o líder comunitário do bairro e outro que patrocina a ação.

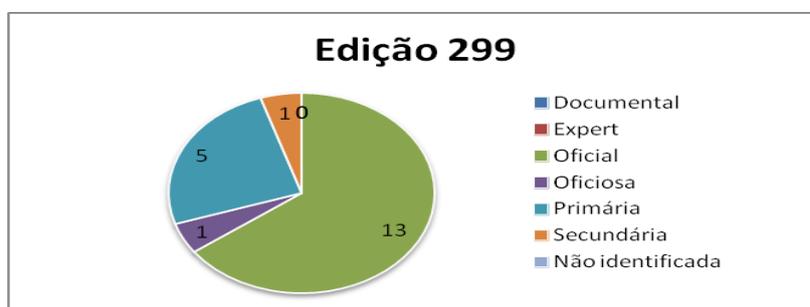


Gráfico 12 – Classificação das fontes da edição 299

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das edições analisadas, vemos dois momentos muito distintos do Jornal Linha Popular. No primeiro semestre, o semanário mantinha um ritmo: as edições vinham recheadas de conteúdo, nas quais além das reportagens, uma coluna de notas em cada editoria ampliava a quantidade de assuntos e informações trazidas à comunidade. Como as páginas tinham poucos anúncios e nem todas as editorias tinham um colunista, as matérias eram mais densas, mais trabalhadas e com isso o número de fontes apresentadas era alto – variando de 55 a 71 pessoas por edição. Ainda assim, as fontes oficiais eram as mais presentes.

No segundo semestre, o jornal passou por várias mudanças, de uma edição para outra mudavam os nomes das editorias, a quantidade de páginas para cada uma delas, mas principalmente o número de fontes ouvidas – variando de 20 a 54 pessoas (o mínimo ouvido em uma edição do primeiro semestre). Nesse momento também observamos erros, como nomes de fontes escritas ou citadas incorretamente. Em “Após cobrança de vereadores, Deinfra vai visitar a SC-102 na próxima semana” na edição 276 a publicação cita “Santo Antônio Barcelos” na primeira indicação da fonte, em seguida o chama apenas de Antônio – como de fato se chama o pai de uma das vítimas de acidente da rodovia. Nesta

mesma edição, a Secretária de Educação é chamada pelo sobrenome. “De acordo com Gervásio”, podendo dar a entender nesse momento que se tratava de um homem e não uma mulher, já que até então a fonte era chamada pelo primeiro nome, Fátima. O número de fontes documentais também decresceu e quase desapareceu nessa fase do jornal, assim como as fontes *experts* – aqui talvez pela eliminação da editoria Saúde, na qual estas eram mais consultadas.

Mas, o que é unânime nesses dois momentos do periódico é a presença das fontes oficiais. Elas têm nitidamente mais espaço no jornal do que qualquer outra fonte. Foram 328 fontes oficiais ouvidas nestas 12 edições contra 161 primárias. Apenas na edição 281 o número de fontes primárias (14) é superior ao de fontes oficiais (12). As características do jornalismo popular de qualidade e o próprio nome do semanário que indicariam uma pauta mais voltada aos interesses da comunidade em questão e o seu protagonismo na cobertura jornalística não se confirmaram. Prevaleceu mais uma vez o jornalismo formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Blog O Xis da Questão**. Disponível em <http://www.oxisdaquestao.com.br/colunas-integra.asp?col=6&post=377>. Publicado em 12.09.2009. Acessado em 12.08.2015 às 19h30.

HERSCOVITZ, Heloíza G. Análise do conteúdo em jornalismo. In: BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia. **Metodologias de Pesquisa em Jornalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

NEVEU, Erick. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Classificação das fontes de notícias**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf> Acesso em 18.08.2015.

SELIGMAN, Laura. **Jornais Populares de Qualidade - Ética e sensacionalismo em um novo padrão do jornalismo de interior catarinense**. Brazilian Journalism Research, vol.5, nº 1, 2009.